

**PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº. 039 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2013.**

“Altera o artigo 2º da Lei Municipal nº. 1493, de 21 de junho de 2002, que institui e regulamenta o Adicional de Função aos Servidores Municipais Efetivos, e dá outras providências.”

**SERGIO MUNHOZ**, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

**FAÇO SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

**L E I**

**Art. 1º.** Fica alterado o artigo 2º da lei Municipal nº 1.493 de 21 de junho de 2002, que passa a ter a seguinte redação:

**Art. 2º.** Terá direito ao adicional de R\$ 300,00 (Trezentos reais), o servidor efetivo, que se for convocado a participar de Comissão de Licitação e/ou Comissão de Apoio nas Licitações e/ou Comissão de Sindicância Investigatória e/ou Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e/ou Comissão de Avaliação de Estágio Probatório e/ou Comissão Permanente de Avaliação de Áreas e/ou Comissão de Controle Urbanístico – CCURB e/ou Comissão de Acompanhamento, Cobrança e Fiscalização do ITR (Imposto de Territorial Rural) e/ou Comissão de Transporte Escolar, além de suas atribuições normais, percebendo por isso, o adicional de função.

**Art. 2º** O prazo de vigência da inclusão da Comissão de Transporte Escolar, no rol do Art. 2º da Lei Municipal nº 1.493, de 21 de junho de 2002, é pelo período de 01 (um) ano.

**Art. 3º** Revoga-se as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor a contar de 01 de março de 2013.

Eldorado do Sul, 21 de fevereiro de 2013.

**SERGIO MUNHOZ**  
Prefeito Municipal

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.**

**FABIANA DA SILVA KRASCHEFSKI**  
Secretária da Administração.

**Publicada em** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.

Estamos encaminhando a esta Egrégia Câmara, o projeto de lei nº. 039 de 21 de fevereiro de 2013, que “Altera o artigo 2º da Lei Municipal nº. 1493, de 21 de junho de 2002, que institui e regulamenta o Adicional de Função aos Servidores Municipais Efetivos, e dá outras providências.”

O presente projeto de lei tem como intuito alterar o artigo 2º. da Lei Municipal nº. 1.493, de 21 junho de 2002, que instituiu e regulamentou o adicional de função aos Servidores Municipais efetivos e dá outras providências.

Tal projeto visa incluir dentre as comissões que receberão o adicional de função a Comissão de Transporte Escolar. Justifica-se a inclusão dessa comissão no rol elencado na Lei, em virtude da responsabilidade e da importância da função que os servidores convocados a participar da comissão passam a ter a partir de então. Ademais, por se tratar de uma função diversa daquela atribuída ao cargo para o qual o servidor prestou concurso, entende-se necessário que lhe seja dada retribuição pecuniária para tanto.

Salienta-se que, nos termos do artigo 17 da lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), torna-se desnecessária a realização de estimativa de impacto orçamentário financeiro posto que a despesa será por tempo determinado e inferior a 2 (dois) anos.

Tal projeto visa também a alteração do valor recebido pelas comissões citadas no Art. 2º da Lei Municipal 1.493/2002, alterando-o de 20 % do vencimento do servidor para o valor fixo de R\$ 300,00 (trezentos reais), para cada servidor convocado a participar da comissão.

**Assim, corrige-se a distorção anteriormente existente pois independente do cargo exercido na administração e o salário percebido pela função, ao integrar a comissão todos terão responsabilidade igualitária e serão solidariamente responsáveis por eventuais irregularidades.**

Sendo o que nos cumpria apresentar, aproveitamos o ensejo para saudar a todos os componentes dessa Casa Legislativa.

**SERGIO MUNHOZ**

**Prefeito Municipal**